
Monocultura de seringueiras em territórios comunitários em Mabu, Moçambique: concessão de injustiças

No sopé do Monte Mabu, na região central de Moçambique, a expansão da monocultura de seringueiras pela empresa Mozambique Holdings tem restringido o acesso de comunidades Manhaua ao seu próprio território. Esse processo de expansão tem ocorrido por meio de abusos sistemáticos, estampando o contraste entre as diferentes formas da população local e do capital estrangeiro se relacionar com o meio em que estão.

As comunidades em Mabu (1)

Mabu é uma localidade do posto administrativo de Tacuane, no distrito de Lugela, província da Zambézia, Moçambique. Tem o mesmo nome da montanha ali existente, o Monte Mabu, um local de importância espiritual para as comunidades de seu entorno. Nos últimos anos, o monte se tornou internacionalmente conhecido em razão da elevada biodiversidade que abriga, já que está coberto pelo maior remanescente de floresta tropical do sul do continente Africano.

A população de Mabu está distribuída nas comunidades de Limbue, Namadoe, Nangaze e Nvava, predominantemente do povo Manhaua. Segundo a chefia administrativa da localidade, a população dos quatro povoados ultrapassa 10 mil pessoas, mas o número é superestimado, segundo lideranças locais. Tais comunidades estão vivamente conectadas com o território em que vivem, e suas condições de vida, em larga medida, refletem diretamente sua relação com o ambiente físico em que se encontram.

As casas, praticamente na sua totalidade, são construídas com paredes em pau-a-pique ou blocos de adobe, telhados de capim e pavimento de terra. A principal fonte de energia é a lenha coletada ou o carvão produzido localmente. Praticamente toda a água é obtida manualmente em córregos, poços ou no rio. Não há rede de energia elétrica e internet, e apenas uma minoria de famílias dispõem de pequenos painéis solares com capacidade para carregamento de baterias de pequenos aparelhos (telefone celular, rádio, lanterna). Algumas famílias dispõem de bicicleta e somente uma pequena minoria de motocicleta para o transporte pessoal e de produtos.

A base alimentar das comunidades provém da produção agrícola em machambas (pequenas áreas cultivadas) normalmente inferiores a 1 hectare por família. Entre os principais cultivos está a mandioca, o milho, o feijão, batata-doce, arroz e amendoim, sendo a alimentação complementada pela caça, pesca e coleta de frutas. O conjunto de equipamentos utilizados é modesto, normalmente enxada, pá e facão, e a forma de produzir não conta com fertilizantes ou outros insumos vindos de fora. As famílias buscam, dentro do possível, realizar um sistema de rotação das áreas que permita a recuperação de parte de sua fertilidade natural por meio do pousio. Cabe também mencionar que há um trabalho em curso por parte da ONG moçambicana Justiça Ambiental (JA!) de apoio à organização das famílias em associações buscando melhorias no manejo e em seu sistema agrícola.

A quase totalidade dos moradores locais se dedica à agricultura, em sistema de trabalho familiar ou

por conta própria. Dado que a maior parte da força de trabalho é empregada para a subsistência, há um baixo nível de trocas mercantis, portanto um baixo fluxo de mercadorias entre as comunidades e a sede do distrito, na povoação de Lugela, que fica a mais de 45 km da sede da localidade de Mabu, no pequeno centro da comunidade de Limbue – o que por si só já é desafiador. Apenas uma pequena parte da produção excede o autoconsumo e pode ser comercializada.

Na vida em Mabu, uma coisa é semelhante a outras comunidades, pequenas ou grandes, africanas ou não: o peso extra do fardo carregado pelas mulheres. Além de participarem ativamente no cultivo das machambas, também são responsáveis por todo o trabalho doméstico, que envolve o preparo do alimento, o cuidado com as crianças e um longo tempo de idas e vindas para obtenção de água e lenha, atividades que realizam junto com crianças, especialmente meninas. Todavia, o espaço ocupado pelas mulheres nas esferas de decisão comunitária é praticamente inexistente. Da mesma forma, as meninas estão menos presentes na escola, refletindo em taxas menores de alfabetização e de conhecimento do português, idioma oficial do país. Outro desafio mencionado durante as conversas foi a relativamente alta frequência de casamentos precoces de meninas de 12 a 14 anos, por exemplo.

Mas há também outro problema que tem impactado diretamente a vida das comunidades em Mabu, apontado pelos moradores com os quais o WRM e a JA! conversaram. Trata-se da escassez de áreas disponíveis para cultivo, coleta e caça e, conseqüentemente, do paulatino aumento das distâncias até as machambas, implicando em maior tempo e energia gastos no deslocamento. Entre os fatores que intensificaram esse problema – além de ter trazido outros novos – está a instalação da Mozambique Holdings, empresa de capital estrangeiro produtora de látex, e a conseqüente implantação de sua monocultura de seringueiras.

Mozambique Holdings LTD: capital estrangeiro com nome moçambicano

O grupo Mozambique Holdings Ltd (MHL) é um conglomerado de capital indiano estabelecido em Moçambique no início dos anos 1990, sendo hoje um dos maiores grupos privados do país. (2) Em 2020, seu volume de negócios foi superior a 100 milhões de USD, possuindo operações em Moçambique, Índia, EUA, China e Emirados Árabes. O grupo atua em diversos setores, tendo subsidiárias nos ramos automobilístico, farmacêutico, vestuário, imobiliário, mineração (carvão e calcário), energético (concessões para hidrelétricas), fornecimento de água e irrigação, entre outros.

Os tentáculos do grupo alcançaram a localidade de Mabu no ano de 2013, ao adquirir uma concessão de terras de 10 mil hectares da antiga companhia de chá Madal SARL. A partir daí, por meio de sua subsidiária Agro-Industrial e Chá de Tacuane LDA, o grupo está implantando um projeto piloto de produção de borracha, tendo substituído as antigas áreas de chá e desmatando novas áreas para o monocultivo de seringueiras. A extração do látex efetivamente teve início em 2021, sendo que a principal finalidade da produção não consta no website da empresa. Possivelmente, trata-se do fornecimento de borracha para a indústria automotiva, particularmente da fabricante indiana de veículos Mahindra, da qual a MHL é distribuidora em Moçambique.

Acesso à terra, violência e medo

A chegada da corporação impactou fortemente o território e a vida de moradores de Mabu. Problemas de diversas ordens têm acompanhado a expansão dos seringais.

O primeiro deles diz respeito à terra. Ainda nos tempos coloniais, uma grande concessão de terras em Mabu já havia sido entregue para o capital estrangeiro que constituía a antiga companhia Madal,

certamente num processo alheio a qualquer opinião da população local. No entanto, profundas crises assolaram o país durante a guerra civil (1977-1992) e diversos empreendimentos foram abandonados. Desde então, os planos do governo de reativar a produção de chá e algodão em Mabu para o mercado internacional não vigoraram. Abandonadas pelas iniciativas empresariais, parte das terras da concessão passou a ser utilizada pelas comunidades do entorno para produção de autoconsumo e para habitação. Nada mais legítimo, já que as terras nunca deveriam ter saído do controle da população local, se concordarmos com o direito dos povos tradicionais à sua autodeterminação.

Com a chegada da Mozambique Holdings em Mabu, mais uma vez a área da antiga concessão passou para o controle de capital de origem estrangeira, a despeito da ocupação e uso de ao menos parte das terras pelas comunidades locais. Agora, a população local não tem mais permissão para utilizar as terras localizadas no interior da concessão. Como se não bastasse o súbito impedimento no acesso à área, a empresa lança mão de meios truculentos e abusivos. Conforme o WRM e a JA! ouviram das lideranças locais e em parte já documentado (3), há relatos de apreensão de enxadas; perseguição; destruição de machambas; queima de celeiros de milho; expulsão de áreas já preparadas para machambas; queima de restos de madeira para população local não utilizar como lenha; entre outros. Em um dos casos, houve até mesmo o espancamento de um membro da comunidade Nvava por supostos chefes indianos vinculados à empresa, por utilizar uma via interna para regressar de um funeral na comunidade de Namadoe. (4)

Note-se que não estamos falando apenas de impedir o cultivo da terra, mas até mesmo a passagem pela área concedida à empresa. Foi relatado, por exemplo, o caso de uma família que, apenas por transitar na área da empresa, foi seguida e impedida por meio de chapadas (tapas na cara) – tanto o marido quanto a esposa e a filha de 16 anos! Como se não bastasse, os seguranças rasgaram as blusas da mulher e da moça deixando seus seios à mostra, novamente evidenciando consequências da opressão estruturalmente distinta sofrida pelas mulheres.

No caso da comunidade de Limbue, impedir a passagem pelas áreas é particularmente grave considerando que a única estrada de acesso à comunidade passa justamente em meio à plantação. Ao restringir ou constranger o livre trânsito dos membros da comunidade, a empresa aumenta o isolamento da comunidade em relação ao restante do distrito. Tudo isso sob um clima de medo, ameaças e uma percepção comum entre os membros da comunidade de que não têm direitos ou algo a fazer diante dos abusos.

Parece até ironia, mas muito longe de Mabu, em outra língua, o proprietário (indiano) da Mozambique Holdings exalta o “éthos e a psique cultural moçambicana”, dizendo que, em gratidão ao país, sua empresa retribui e evolui “em harmonia com essa diversidade étnica e cultural”. (5)

Destaca-se, ainda, que até o momento a empresa afirma ter plantado apenas 1000 hectares de seringueiras e que ainda não atingiu a meta de seu projeto piloto o que é preocupante tendo em vista que a monocultura já alcançou as portas da sede da localidade.

Falta de transparência e inconformidades ambientais

A coação e as restrições no acesso à terra impostas aos moradores nos levam a outra questão, qual seja a falta de transparência em relação à concessão do direito de uso da terra à empresa. Apesar das solicitações por parte da Justiça Ambiental junto ao Ministério da Terra e Ambiente, as informações sobre esse processo e sobre o processo de consultas comunitárias não têm sido disponibilizadas, levantando dúvidas sobre a legitimidade da concessão. (6)

O mesmo ocorre em relação às informações sobre a conformidade ambiental do empreendimento. Ao visitar a localidade, percebe-se que a expansão das plantações tem sido realizada a partir da derrubada da vegetação nativa. Além disso, em muitos locais as plantações se estendem até a margem dos cursos d'água, sem existência de mata ciliar. Ademais, tendo em vista que não houve qualquer avaliação de impacto ambiental – legalmente requerida em Moçambique –, cabe questionar como ou se a Mozambique Holdings obteve licenciamento ambiental para a implantação de seus monocultivos em Mabu.

Expectativas ilusórias, sub-emprego e trabalho precário

Outra dimensão problemática em relação ao empreendimento diz respeito a questões trabalhistas, que, segundo relatos dos moradores, estão longe das expectativas geradas na época em que foi anunciado o trespasse da concessão para a Mozambique Holdings, tanto em termos de quantidade de postos de trabalho quanto em termo de qualidade.

Anselmo Matusse, que averiguou as condições de trabalho junto à empresa, relata um quadro abusivo de jornadas de trabalho de 12 horas, com tarefas/metastas diárias inatingíveis, cujo resultado, ao fim do mês, não chegava nem perto do salário mínimo. (7) Relatou também o não fornecimento de ferramentas de trabalho por parte da empresa, assim como a venda compulsiva de sapatos e carne aos trabalhadores, para depois descontar do valor de seus salários.

Contrastes e contradições

O que se vê em Mabu é um contraste revelador da assimetria de poder entre a Mozambique Holdings e as comunidades, e de suas lógicas completamente distintas de se relacionar com a terra. Para a Mozambique Holdings, a terra é um mero substrato para uma monocultura de um milhão de seringueiras – boa parte tendo substituído a biodiversidade do lugar – tratadas com fertilizantes sintéticos e agrotóxicos trazidos de longe a base de combustíveis fósseis, produzindo uma commodity que dali será exportada, e resultando em lucro que se destinará a estrangeiros que provavelmente nunca pisarão ali. Com base nos fatos, pouco importa para a Mozambique Holdings se seu negócio obriga moradores a buscar outros lugares com condições mais precárias para suas atividades de sustento.

Já para as comunidades Manhaua, a terra é a fonte de praticamente todo seu alimento, água, abrigo (casas) e energia (lenha), obtidos por meio de um sistema de manejo realizado autonomamente há muitas gerações. Além de literalmente garantir a existência física das comunidades, a terra é também o lugar em que se perpetuam suas crenças, costumes e conhecimentos, transmitidos e partilhados através de sua própria língua de geração em geração.

Este artigo não visa romantizar o modo de vida das comunidades de Limbue, Namadoe, Nvava e Nangaze, mas sim enfatizar os impactos das plantações industriais em seus territórios. A chegada da Mozambique Holdings em Mabu é mais um exemplo, entre tantos outros, de como corporações que necessitam de terra para suas monoculturas de árvores simplesmente atropelam comunidades, não importando há quanto tempo estejam naquele território. Pergunta-se: qual tem sido o benefício para os moradores de Mabu? Quem decidiu conceder uma parte daquelas terras sem qualquer consulta ou participação das comunidades?

Do ponto de vista das comunidades, a lógica de priorizar uma empresa mediante restrições no acesso da população à terra é um disparate por si só. Adicionalmente, a Mozambique Holdings torna a situação mais grave através dos abusos e métodos violentos mencionados. Se o objetivo da

concessão em Mabu fosse trazer benefícios econômicos e sociais para os moçambicanos – e não gerar lucro para uma empresa privada – incentivar as iniciativas em curso das comunidades buscando melhorar as condições de vida faria muito mais sentido. O que é inconcebível é que comunidades como as de Mabu sejam obrigadas a aceitar que o destino de suas terras – e, portanto, o seu próprio destino – seja determinado por quem está fora delas.

Justiça Ambiental (JA!), Moçambique, e o Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM)

(1) As informações apresentadas nesta seção foram obtidas com base na visita feita pelo WRM e pela JA! em outubro de 2022, quando foram feitas muitas conversas com moradores de Mabu, confirmadas pelos [dados do último censo e do informativo oficial mais recente do distrito de Lugela ao qual foi possível obter acesso](#).

(2) Mozambique Holdings, [O nosso legado](#); Mozambique Holdings, [Visão partilhada, ambição unificada](#).

(3) [Justiça Ambiental, 2021](#).

(4) [Justiça Ambiental, 2020](#).

(5) [The Business Year, interview with José Parayanken](#).

(6) [Justiça Ambiental, 2021](#).

(7) [Anselmo Matusse, publicado em Verdade Online](#).